

ISSN 2238-9113**ÁREA TEMÁTICA:** (marque uma das opções)

- COMUNICAÇÃO
- CULTURA
- DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- EDUCAÇÃO
- MEIO AMBIENTE
- SAÚDE
- TRABALHO
- TECNOLOGIA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: INTERVENÇÃO NO CRAS JARDIM CARVALHO

Bruna Marielle Haas (haasbruna@gmail.com)**Reidy Rolim De Moura (reidymoura@gmail.com)**

RESUMO – O modo de produção capitalista esta abalando o equilíbrio ambiental e gerando muitos problemas de ordem climática e social. Segundo SCHONS (2012), “os pobres, serão mais uma vez os mais afetados”. Em 27 de Abril de 1999 por decreto presidencial, o Brasil teve sancionado a lei que dispõe sobre educação ambiental. A lei trouxe a educação ambiental como um “componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo” (BRASIL, 1999). As preocupações e objetivos da legislação também aparecem no documento divulgado pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação, quando lançaram o ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental em 2005. Sob estes apontamentos, uma equipe multidisciplinar firmou parceria com o CRAS Jardim Carvalho e ministrou oficinas no local durante a Semana do Meio Ambiente. Foi possível perceber a relação existente entre as afirmações contidas no documento do ProNEA e as mudanças que ações educacionais promovem. Dez anos após o lançamento do programa, elementos naturais como arvores e flores, ainda eram os mais lembrados.

PALAVRAS-CHAVE – Meio Ambiente. Serviço Social. Sustentabilidade. Reciclagem.

Introdução

O modo de produção capitalista esta abalando o equilíbrio ambiental e gerando muitos problemas de ordem climática e social. Selma Maria Schons subsidia esta afirmação em seu artigo “A questão ambiental e a condição da pobreza” quando alega que “a crise ambiental – expressa hoje na quantidade do lixo, na desmesurada poluição das águas, no empobrecimento do solo, na queima das florestas – manifesta-se, em especial, pelo aquecimento global, como sendo mais uma crise do próprio sistema capitalista” (2012).

Segundo pesquisadores, “as emissões gasosas e de material particulado para a atmosfera derivam principalmente de veículos, indústrias e da queima de biomassa”, segundo estudos, as “mudanças climáticas podem produzir impactos sobre a saúde humana por

diferentes vias”, uma delas é o impacto indireto sendo, de acordo com os autores, “mediado por alterações no ambiente como a alteração de ecossistemas e de ciclos biogeoquímicos, que podem aumentar a incidência de doenças infecciosas”, e o direto, provocando “mortes causadas por outros eventos extremos como furacões e inundações.” (ARTAXO, BARCELLOS, CORVALÁN, CARVALHO, GURGEL, HACON, MONTEIRO, RAGONILL, 2009).

Segundo SCHONS, “os pobres, serão mais uma vez os mais afetados” como afirma a autora em sua pesquisa, isso acontece porque eles “não têm os recursos materiais e financeiros para se adaptarem e/ou se protegerem dos impactos que a mudança climática vem provocando”. Para a autora “a questão que se coloca é desenvolver ou preservar; uma dicotomia entre desenvolvimento e meio ambiente” (2012).

Objetivos

Expor as impressões obtidas através da atividade desenvolvida no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Jardim Carvalho, na Semana do Meio Ambiente.

Referencial teórico-metodológico

Em 27 de Abril de 1999 por decreto presidencial, o Brasil teve sancionado a lei que dispõe sobre educação ambiental. Segundo a lei Nº 9.795,

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

A lei trouxe a educação ambiental como um “componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”, a definindo “como parte do processo educativo mais amplo” deixando como “dever das instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem” (BRASIL, 1999)

Os objetivos da norma são:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e

éticos; II - a garantia de democratização das informações ambientais; III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade; VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia; VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade, (BRASIL, 1999)

As preocupações e objetivos da legislação também aparecem no documento divulgado pelos Ministérios do Meio Ambiente e o da Educação, quando lançaram o ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental em 2005. O documento além de afirmar, a relação simbiótica entre “um quadro de exclusão social e elevado nível de pobreza da população” e condições ambientais, (p.15), afirma que “reverter esse quadro, [...] que uma significativa parcela dos brasileiros tem uma percepção “naturalizada” do meio ambiente, excluindo homens, mulheres, cidades e favelas desse conceito, configura um grande desafio para a construção de um Brasil sustentável” (PRONEA, p. 17, 2005).

Resultados

Neste contexto, as universidades compõem significativo papel, através de atividades extensionistas, que propõem e articulam ações que visam alcançar o desenvolvimento regional, humano e sustentável, aproximando-se da comunidade aberta para levar alcances, informações.

Sob estas diretrizes, uma equipe multidisciplinar formada por técnicos da Economia Solidária e alunos das áreas de Economia, Geografia e Serviço Social, ligados ao projeto de extensão IESOL, firmou parceria com o CRAS Jardim Carvalho, que se abriu com a Semana do Meio Ambiente, e ministrou oficinas no local nos dias 08 e 09 de Junho. Os eixos temáticos foram Sustentabilidade, no primeiro dia, e Reciclagem, no ultimo, com espaços adaptados ao publico adulto e infantil.

Intervenção no CRAS Jardim Carvalho



Fonte: Rede de Assistência Social de Ponta Grossa

Nossa atuação para este trabalho será relatada com o foco no público infantil, sendo que também foi realizada atividade com os adultos. Para introduzir o tema foi aplicada uma dinâmica lúdica a fim de perceber qual era o nível de conhecimento que elas obtinham sobre os temas. Distribuímos folhas A4 e lápis de cor e pedimos para as crianças expressassem o que entendiam por meio ambiente.

A partir dos materiais produzidos pelas crianças e desenhos feitos por nós, explicamos a elas que além da natureza, meio ambiente é tudo que interferem em nossa realidade, como a casa onde vivemos, ruas, escolas, etc., também falamos sobre o aquecimento global e suas consequências, acúmulo de lixo, quantidade de lixo produzido, quantidade de água disponível e qualidade do ar. Perguntamos a elas o que elas mais gostavam e o que era preciso para cuidar de tudo isso, uma das crianças respondeu que gostava de comer “salgadinhos”, e para cuidar do meio ambiente era preciso não desperdiçar água, que foi complementada pela resposta da outra que afirmou que para isso precisava-se fechar a torneira no momento de escovar os dentes e usar água reutilizada quando lavar o carro, também o não desmatar foi mencionado por ela, que fez com que outra afirmasse a necessidade de não jogar lixo em lugar indevido e não causar queimadas. Também falamos que precisamos nos preservar, consumindo alimentos de melhor qualidade, alimentos orgânicos, e optando por produtos que contenham menos embalagens. Logo após esse momento fixamos uma cartolina na parede e a dividimos em partes, uma para cada criança, e perguntamos novamente qual seria a melhor forma de preservar o meio ambiente, além das respostas que se repetiram e estão acima descritas, uma das crianças falou que consumir alimentos de melhor qualidade; resposta que levou outra a lembrar das hortas caseiras e criação doméstica de animais para consumo. Ao final contabilizamos quem mais deu respostas e parabenizamos todo o grupo.

No segundo dia, no módulo Reciclagem, iniciamos com uma dinâmica. Formamos duplas, e de mão dadas trocamos informações como nome, idade, onde morávamos e coisas que gostávamos de fazer no nosso dia, cantando uma canção terminando num abraço e mudando de dupla. Depois de realizarmos a dinâmica, resgatamos os assuntos trabalhados no dia anterior através de perguntas. Percebemos através das falas, que elas levaram os conhecimentos aprendidos no dia anterior para casa e estavam abertas a receber mais informações. Abordamos os novos temas como: O três (3) Erres – Reduzir, Reutilizar e Reciclar; O ciclo de vida dos materiais a partir da utilização de vídeos lúdicos e intercalado com falas; Programa de gestão de resíduos; Programa feira verde e pontos de entrega voluntária. Perguntando as crianças se elas sabiam como funcionavam esses programas, e elas afirmaram que sim, e que já tinham participado de algum deles.

Ao final, brinquedos de materiais recicláveis foram confeccionados. Durante a fabricação um comentário se sobre saiu, uma criança afirmou que da para fazer brinquedos com materiais recicláveis.

A ação teve importância para nossa formação profissional, pois além de vivenciar os saberes aprendidos em sala de aula, no caso do Serviço Social, foi possível aplicar os instrumentais técnicos como: a observação e sistematização. Pode-se sentir a realidade da população e da instituição governamental no campo específico de atuação do profissional de Serviço Social articulado com as propostas pedagógicas do campo de estágio que atuo.

Considerações Finais

Foi possível perceber a relação existente entre as afirmações contidas no documento do ProNEA e as mudanças que ações educacionais promovem. Dez anos após o lançamento do programa, elementos naturais como árvores e flores ainda eram os mais lembrados. Quando perguntadas sobre que tipos produtos que mais gostavam de consumir, o alimento industrializado foi rapidamente lembrado pelas crianças, demonstrando o quanto a cultura de consumo desenfreado e sem consciência de saúde esta enraizada. Porém, também percebemos que pessoas estavam timidamente presentes nos desenhos confeccionados por elas e a alimentação saudável começava a aparecer nas suas falas ao final da intervenção, demonstrando a mudança de paradigmas que ações voltadas à educação ambiental promovem. Por essas razões que atividades extensionistas direcionadas ao debate das questões ambientais, realizadas em locais que concentram a parcela mais atingida pelas mudanças climáticas, se legitimam, pois além de propiciar uma troca de saberes atendendo políticas, atualizam e constroem uma sincronia entre a atualidade e a busca pelo bem viver. Pois, de

acordo com JUNIOR, MENDONÇA, SORRENTINO, TRAJBER (2005) “a educação ambiental, em específico, ao educar para a cidadania, pode construir a possibilidade da ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita.”

Referências

ARTAXO P., BARCELLOS C., CORVALÁN C., CARVALHO M. S., GURGEL H. C., HACION S., MONTEIRO A. M. V., RAGONILL V.. **Mudanças climáticas e ambientais e as doenças infecciosas: cenários e incertezas para o Brasil.** Disponível em: < http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?pid=S1679-49742009000300011&script=sci_arttext>. Acesso em: Junho, 2015.

BRASIL. **LEI No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: Junho, 2015.

GTPMAS. **Monitoramento da SMAS de Ponta Grossa – PR. : Rede de Assistência Social de Ponta Grossa.** Disponível em: < <https://redeassocialpg.wordpress.com/2015/06/17/semana-do-meio-ambiente-no-cras-jd-carvalho/>>. Acesso em: Junho, 2105.

JUNIOR L. A. F., MENDONÇA P., SORRENTINO M., TRAJBER R.. **Educação ambiental como política pública.** Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>>. Acesso em: Julho, 2015.

SCHONS. S. M.. **A questão ambiental e a condição da pobreza.** Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802012000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: Junho, 2015.